

As Dobras do Poder

Henrique Antoun

Quando Gilles Deleuze lançou, em 1988 na França, *A Dobra: Leibniz e o barroco*, alguns de seus críticos mais afoitos acreditaram que estavam diante de um esgotamento de sua capacidade criativa. Pensavam assim pelo fato de tratar-se de um trabalho de história da filosofia sobre um autor clássico -- Leibniz -- mas também porque neste novo livro Deleuze retomava um velho e conhecido bordão de seu pensamento. Novamente ele propunha a questão -- o que se passou? --, desdobrando-a imediatamente nesta outra que sustenta a tensão por onde se movimentam as suas indagações: o que é um acontecimento?

Deleuze abandonou a prática da história da filosofia desde que, em 1967, fora concluída sua tese de doutoramento, publicada como um antimanual de filosofia sob o título *Diferença e Repetição*. Durante os anos 80 ele parecia ter desistido da linha mais fortemente política de seus trabalhos da década de 70 -- os dois volumes de *Capitalismo e Esquizofrenia* e o livro sobre Kafka --, dedicando-se a partir daí à questão das imagens, seja na obra de Francis Bacon ou nos dois volumes sobre o cinema. Mas ainda assim Deleuze era considerado um pensador original cuja obra, de cunho marcadamente ético, conhecia um breve período de reelaboração. Seu livro sobre Michel Foucault, de 1986, indicava uma retomada vigorosa da vertente política de seus escritos. Ora, um trabalho sobre Leibniz tendo como tema o neobarroco no pensamento e nas artes poderia soar, neste momento, como um recuo. Era como se o desencanto com os anos 80 tivesse tomado Deleuze, fazendo-o aderir ao diletantismo erudito, esta forma de esconder, na autogratição do exercício do pensamento, uma profunda tristeza suspensa no vácuo de sentido.

Mas *A Dobra* não é um livro sobre origami, como tampouco o é sobre Leibniz ou sobre o barroco. Claro, há um bocado de tudo isto atravessando o texto. Porém é um livro de filosofia política, um manual de guerrilha cultural usando a máscara inocente da dissertação diletante. Dividindo o livro em três partes (*a dobra, as inclusões e ter um corpo*), Deleuze trava em cada uma delas um mesmo combate contra as máscaras da atualidade, que escondem a dialética da dominação. Esta dialética constrói seu território travestindo o pressuposto dialético em dilema ético: trata-se de dobrar ou de ser dobrado. Aquele que dobra é o senhor, o dominante, e o que é dobrado o escravo, o dominado. Deleuze propõe a dobra como questão ética da atualidade, mas transforma esta questão em *como* se dobrar. O proponente não possui de antemão uma resposta para dar ao problema. Trata-se, antes, de construir a multiplicidade de condições onde o problema pode se exprimir. Mas porque a dobra exprimiria as condições que fazem surgir o problema ético da atualidade? E qual seria o problema ético moderno?

O problema ético moderno, nas democracias, consiste na perda dos pressupostos que sempre as guiaram: não há mais o ideal de um bem supremo, para o qual as leis e as normas deveriam orientar-se,

nem tampouco a crença num ser supremo, criador de leis indiscutíveis. Mas se perdemos esses pressupostos, como poderemos distinguir “o império das leis” do arbítrio da violência ou do domínio pelo medo da violência? Se não é mais para um bem ou por um ser supremo que nos dobramos ou que somos dobrados permanecemos imersos no problema do tempo: não há mais origem (passado) ou finalidade (futuro) capazes de medir a variação do presente. A emergência das lutas por afirmação das minorias e a derrocada dos projetos genéricos de solução são os sintomas inquietantes desta perda.

O problema ético atual é *como* se dobrar. E desde o final dos anos 70 nos dobramos frente às condições da pragmática do mundo. Estas condições vão ser ditadas por um tríplice domínio das instituições, exercido pelo pós-moderno na produção da cultura (o ornamento como forma de convívio das particularidades), pela pragmática da linguagem no regime de pensamento (o consenso como forma de escolha das ações) e pelo neoliberalismo no campo da política (o privilégio do acordo como forma das práticas de dominação). Este tríplice domínio disputa a hegemonia das instituições com um outro, mais velho, formado pelo projeto moderno (o universal das formas funcionais na produção da cultura), pela filosofia analítica (a neutralidade da descrição objetiva no regime de pensamento) e pelo liberalismo (a racionalização nas práticas de dominação política). Ambos acreditam que só podemos dobrar ou ser dobrados pelas forças que realizam os fatos, nos quais a dominação da variação do presente garante o existir. Mas o mais jovem afirma -- contra as forças de progresso e desenvolvimento do mais velho -- a superioridade das forças de preservação e convívio como forma de dominar essa variação.

Com o preservacionismo se iniciam "... as brumas, a suficiência e o terror dos discípulos de Wittgenstein", segundo Deleuze. No final do *Tractatus Logico-Philosophicus* Wittgenstein aconselhava: o que não se pode falar deve se calar. Era a conclusão lógica para sua constatação de que existir é um milagre. Putnam, jovem discípulo, quiçá parodiando Fernando Pessoa, dirá que toda metafísica do mundo está contida no ato de escolha de um sorvete. Se o pensamento é o ato de escolher as práticas que sustentam o existir, a extensão do ato de escolha envolve coisas, ações e mundos: logo o convívio, o consenso e o acordo são os únicos objetivos válidos na orientação deste ato. Deleuze, em contrapartida, prefere afirmar as dobras na produção da cultura, as inclusões no movimento do pensamento e os *acordes* na atividade política. Mera questão de preferência, ou é preciso forçar a vista no *fuscum subnigrum* da guerra do golfo para podermos enxergar o alcance de sua crítica? Pois os acontecimentos desta guerra nos deram o melhor exemplo do que significa chegar ao entendimento através do acordo. Saddam Hussein continua sentado no trono de um país cuja população foi mandada para a idade da pedra em nome das práticas do convívio, do

consenso e do acordo.

O barroco foi a última tentativa de salvar a razão teológica, que terminou por transformar-se em razão humana. E é esta razão humana que se encontra em crise quando, neste final de século, qualquer baleia ou mico-leão é capaz de comover a opinião pública mundial, a ponto de justificar o massacre de populações. O mundo do acordo é este onde o que não se pode falar deve permanecer calado, o que ainda não existe deve permanecer excluído. Mundo onde o milagre do existir foi reduzido, pelos discípulos de Wittgenstein, à mesquinha manutenção dos sistemas de poder e de suas instituições.

Para Deleuze, a vida não é preservação: as forças vivas valem pelo que podem despender em sua atividade vital. Manter as formas do poder -- a dominação como dilema ético insolúvel -- é falsear o problema das forças vivas, que é o dobrar-se ao infinito. O ornamento não é a forma do convívio, mas a dobra de uma força frente ao problema de seu ilimitado. Construir um problema é dar as condições de sua expressão, fazer com que ele fale o que antes jazia calado. Fazer um problema falar é produzir um acorde para além do terror e da suficiência do acordo, deixando soar uma dissonância fora da consonância do consenso. A política do acorde é a inclusão de uma atividade gerando um espaço livre num território esquecido pela disputa reativa por dominação. Pois o que faz do nosso mundo o melhor dos mundos, segundo Deleuze, é que nele a força é capaz de dobrar-se, o novo é capaz de incluir-se e a harmonia se faz, também, pela dissonância do acorde.

Kant afirmava que a metafísica era a rainha das ciências. Queria dizer com isso que ela tomava as próprias condições do pensar como objeto de sua crítica. Ao afirmar “como é o mundo é perfeitamente indiferente para o que está além”, pois “o que é místico não é *como* o mundo é, mas *que* ele seja”, Wittgenstein deslocou esta questão para as condições da pragmática do mundo. Deleuze aprendeu com Lewis Carrol que todos os caminhos são da rainha. Mas com ele a rainha está corajosamente gritando: o que, diabos, está acontecendo? Para que possamos fazer a diferença entre a escolha de um sorvete e a de uma noite de Bagdá.